# PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E O ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO 20. GRAU

Walter Roberto CORREIA\*

# INTRODUÇÃO

Inicialmente quero agradecer o convite feito pela comissão organizadora, e pela possibilidade de participar de um debate, cujo tema, sem sombra de dúvidas, é relevante.

Este é o terceiro seminário sobre Educação Física Escolar, promovido por esta instituição, desde o início da década de 90. Portanto, gostaria de resgatar brevemente as discussões anteriores, tendo como referência os anos 80.

Creio que as discussões no campo da Educação e da Educação Física na primeira metade da década de 90, foram subsidiadas pela produção de pesquisas sobre a escola na década de 80.

Esta década, foi marcada por transformações na sociedade brasileira, no sentido de promover uma reorganização da sua estrutura social vigente, em bases mais justas e democráticas.

Apesar de 10 anos desde à chamada "Abertura Democrática", a consolidação de uma sociedade com tal perfil, ainda é desafio para o terceiro milênio e, dificilmente, se dará mediante uma escola ineficaz, excludente e essencialmente elitista.

A produção de conhecimento sobre a educação escolarizada, entre muitos aspectos, tendeu a desvelar os conteúdos ideológicos subjacentes as políticas educacionais e as práticas escolares. A Educação Física não ficou alheia a este processo de rever os seus pressupostos, valores e propostas, caracterizando assim, uma crise de identidade face as novas demandas sociais.

Apesar dos dignósticos elaborados pelos agentes da Educação na década anterior, frente às denúncias da produção do fracasso escolar em larga escala, estas não foram suficientes para promover mudanças qualitativas no interior das escolas nos anos 90.

A leitura que faço em relação a Educação Física na década de 90, é que existe uma preocupação entre os teóricos, no sentido de redimensionarem a contribuição deste componente curricular dentro da escola e esclarecer qual é o seu objeto de ensino.

Propor uma discussão em termos de qual é o conhecimento e a especificidade da Educação Física Escolar é uma atitude de responsabilidade social, pois, desta maneira, situa as possibilidades desta mesma no quadro mais geral da educação escolar.

Para o momento, a proposta é debater a Educação Física no 20. grau e procurar responder qual é o conhecimento que esta traz enquanto contribuição para o ensino de 20. grau? Qual é a importância deste componente curricular na formação dos adolescentes? Portanto, a pergunta que fica é a seguinte: o que ensinar? para quem ensinar? como ensinar Educação Física no 20. grau?

Minha contribuição para essa mesa redonda, é expor alguns dados de uma experiência realizada em duas escolas públicas de 20. grau na 16a. DE-Capital, mediante uma idéia de planejamento participativo e uma concepção de currículo aberto para o ensino de Educação Física.

A intenção é de resgatar alguns aspectos dos cotidianos em questão, de maneira à fornecer subsídios para a discussão, a partir das dificuldades encontradas no trabalho docente no interior de uma escola pública. É no resgate das ações deste tempo e espaço chamado cotidiano, que as propostas se consolidam ou não, que os significados das práticas são construídos, é nesta realidade em que as contradições emergem e as propostas pedagógicas se configuram.

Rede Pública Estadual de São Paulo.

### **PRESSUPOSTOS**

Durante os anos de 92, 93 e 94, tive o desafio de encaminhar um trabalho junto à E.E.S.G. Brasílio Machado e a E.E.S.G. Conde J.V. de Azevedo na 16a. DE-Capital.

As dificuldades iniciais eram como justificar e legitimar uma proposta de ensino em Educação Física para aquelas escolas.

Questões de como elaborar objetivos, selecionar conteúdos e temas, critérios de avaliação, não foram devidamente tratados em minha graduação, o que, por sua vez, representou uma dificuldade inicial na organização das diretrizes básicas para o trabalho pedagógico.

Outra dificuldade encontrada, foi no sentido de se ter à disposição, material que pudesse apresentar sugestões metodológicas consistentes, para que fosse possível construir um projeto para aquela realidade.

Em termos de material para consulta tive à disposição, a proposta curricular da CENP e da obra de Soares, Taffarel, Varjal, Castellani Filho, Escobar & Bracht (1992), que de certo modo colaborou no início dos trabalhos.

A proposta curricular, faz uma análise da problemática do 20. grau, analisa também as questões de legislação, e apresenta as características de desenvolvimento dos adolescentes nas dimensões afetivas, cognitivas, físicas e sociais. Esta faz também, considerações metodológicas em uma perspectiva construtivista, propondo a problematização de temas como esporte, dança, lutas e outros. O que de certa forma marcou esta proposta, foi a sugestão de se explorar temas e atividades para além dos jogos que tradicionalmente são tratados na escola, como por exemplo, a dança, as lutas, os jogos populares, expondo assim, as dimensões sócio-culturais destas atividades, procurando constantemente contextualizá-las.

O trabalho de Soares et alii (1992) também enfatiza a exploração de outros temas e valoriza uma discussão a nível sócio-cultural, que, na ocasião, me influenciou na configuração da proposta pedagógica em questão.

Mesmo tendo estes materiais para consulta e orientação, a preocupação que me tomava era qual seria a finalidade primordial, ou melhor, a especificidade da educação em nível médio? Quais seriam os valores que orientariam o trabalho coletivo dos professores, já que para aquele momento, estávamos atravessando uma reforma no sistema educacional, ou seja, a implantação do projeto das escolas padrão? Se o projeto em questão, preconizava a melhoria da qualidade de ensino através do desenvolvimento da autonomia escolar, nos seus diferentes níveis, de que maneira o trabalho em Educação Física colaboraria neste processo? Qual seria o conhecimento, as habilidades, os valores e as informações que deveria veicular em um processo de ensino-aprendizagem com e para adolescentes? Quem e como eram os adolescentes daquelas escolas? Quais eram suas expectativas? Como foram suas experiências anteriores em relação à Educação Física na escola? As caracterizações do desenvolvimento dos adolescentes nos seus diversos aspectos, seriam suficientes para que, no meu trabalho docente, eu pudesse adequar as propostas de atividades? Mas de qual adolescente estamos falando? Qual é seu nome? Qual é sua escola, seu bairro, sua classe social e principalmente, sua história?

No momento em que lançaria as bases para o trabalho nestas escolas públicas, deveria construir um entendimento mais apropriado e articulado dos conceitos envolvidos desta discussão, ou seja: Educação, Educação Física, 2o. grau, cidadania, autonomia, adolescência, motricidade humana e movimento.

Conforme as questões colocadas acima, qual seria a finalidade do ensino médio na educação escolar? Para compreender melhor esta pergunta, temos em Piletti (1990), um posicionamento que aponta a formação para o exercício da cidadania, enquanto finalidade básica para este nível de escolaridade e que a condição de cidadão é anterior a ocupação ou profissão, o que nos leva a crer, que o 20. grau deveria ser orientado em um sentido de uma formação crítica, onde o jovem cidadão pôr ter acesso à uma educação de formação abrangente e diversificada, podendo assim, ter melhores condições para exercer os seus direitos e deveres, com níveis de autonomia cada vez mais amplos. Mas o que entendemos pôr autonomia?

Autonomia significa levar em consideração os fatores relevantes para decidir e agir da melhor forma para todos. (Kamii, 1985).

A idéia de cidadania e autonomia estão muito próximas, embora a dificuldade esteja em como desenvolve-los, dentro e fora da escola, dentro e fora da Educação Física. Se após o 10. e 20. graus, pretende-

se que o educando seja capaz de adaptar-se e interferir na realidade em que este está inserido, de maneira satisfatória para si e para os outros, onde os seus direitos e deveres sejam preservados e exercidos, a educação para autonomia e para a cidadania, não pode negligenciar certas capacidades eminentemente humanas, bem como privilegiar uma ou outra área do conhecimento em detrimento das demais, como pôr exemplo, as questões relacionadas à motricidade humana! O sentido autotélico da educação e em especial no 20. grau deve ser resgatado, face a necessidade de se desenvolver de maneira equilibrada as potencialidade dos educandos.

Portanto, se o ser humano possui uma capacidade de se mover, e esta capacidade e passível de ser estudada, apreendida e vivenciada, não há motivos para que uma educação motora, uma educação sobre motricidade, seja desconsiderada no processo de escolarização, principalmente quando esta se propõem a favorecer a construção da cidadania.

Se a Educação Física se propõem a desenvolver esta capacidade, ou seja, uma educação sobre movimento, onde além de promover experiências motoras, também promoveria entendimentos e conhecimentos sobre as implicações do movimento humano, nos mais diversos níveis, do nível biológico ao sócio-cultural, teríamos então, a missão de estabelecermos o quê e quanto sobre movimento e motricidade, sistematizaríamos no contexto da educação escolarizada. Esta é uma questão para ser remetida aos que atuam na formação de professores e também para os que produzem conhecimentos.

O adolescente possui algumas características em seu processo de desenvolvimento que apontam para a necessidade de uma disciplina como a Educação Física. No que diz respeito as transformações do ponto de vista físico, após o estirão da adolescência, o adolescente apresenta um crescimento acelerado principalmente em relação aos membros inferiores e superiores em comparação ao tronco, o que implica em uma necessidade de vivenciar experiências motoras, no sentido de proporcionar a exploração e a reorganização deste "novo" corpo e destas "novas" possibilidades de movimento.

Já no domínio cognitivo, a sua capacidade de operar formalmente o pensamento, lhe permite efetuar níveis cada vez mais amplos de abstrações, comparações, análises, o que justificaria a possibilidade de enfatizarmos no ensino de Educação Física as implicações do movimento nos domínios biológicos, psicológicos, antropológicos, sócio-culturais e outros. Além disto, nos sugere também, a necessidade do exercício da autonomia no processo de escolha de temas da cultura corporal à serem desenvolvidos no programa de Educação Física, uma vez que é desejável, que este jovem ao final do 20. grau, tenha condições de selecionar e escolher as atividades que mais lhe interessam, e principalmente, ter consciência das repercussões destas atividades no seu cotidiano.

Estes argumentos, suscitam a idéia de que, uma proposta de Educação Física para o 2o. grau, deverá ser um processo que permita tanto as experiências múltiplas nas mais variadas atividades motoras, de maneira à favorecer escolhas mais apropriadas ao indivíduo na sua vida futura, bem como, compreender as possíveis repercussões no seu processo de desenvolvimento.

Frente a um adolescente que necessita de movimento, que amplia a sua capacidade de analisar a realidade que está em sua volta, creio que o trabalho no 2o. grau, deva então, apresentar um caráter essencialmente participativo, diversificado, equilibrado na relação entre propostas teóricas e práticas.

Portanto, na ocasião, elaborei uma proposta de um planejamento participativo, apoiada sobre uma concepção aberta de currículo.

#### PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO - PROPOSTA

A existência apenas abstrata da autonomia escolar não é algo que tenha consequências construtivas no processo educacional. Pelo contrário, na medida em que tal situação evidencia claramente uma incongruência entre teoria autônoma e prática não autônoma, dela resultam consideráveis prejuízos à formação dos alunos, cuja dependência não deixará de ser fortemente reforçada. E, certamente, o professor é um dos fatores fundamentais mediante os quais a autonomia poderá tornar-se não só perceptível, como também vivenciada no dia a dia escolar. (Piletti, 1990).

Em linhas gerais, a proposta se caracterizou pela apresentação de uma concepção de Educação Física, que para a ocasião, foi utilizado o conceito de cultura corporal e os possíveis temas à serem trabalhados a partir deste, ou seja, temas como dança, ginástica, jogos, lutas...

Após apresentar esta concepção e ter procurado discutir qual seria o papel da disciplina, sugeri quatro temas, sendo que os alunos, poderiam opinar e sugerir atividades dentro dos temas em questão. Dança, ginástica, jogos e lutas, estes eram os quatros temas, sendo que os alunos apresentariam sugestões dentro destes, incluindo-se aí, as minhas considerações. Por exemplo, no tema lutas e dança, era colocado em discussão, quais estilos de lutas que lhes interessavam, ou no caso da dança, quais ritmos eram do interesse da maioria. Isto se sucedia nos demais temas. A proposta é que o número de atividades para o ano letivo, ficasse em torno de 12, ficando reservado três tipos de modalidades ou atividades por bimestre.

O debate, a discussão e o processo de votação, eram os procedimentos iniciais para a construção do projeto, uma vez que, era desejável que os alunos pudessem tomar parte do processo de decisão, organização, participação e avaliação.

Após selecionar um rol de atividades que estivesse compreendido entre os temas propostos, os alunos deveriam distribuí-los por entre os bimestres, iniciando assim, um novo processo de discussão e votação. Desta forma, todos aqueles que estavam envolvidos no processo, já teriam conhecimento do que estaria previsto para o ano letivo, e principalmente, tiveram a oportunidade de participar nas decisões do que fazer com a sua capacidade de se mover e com o seu corpo!

Uma vez distribuídos os temas pelos bimestres, cabia então construir o cronograma do primeiro bimestre, negociando com o professor, o número de aulas destinados a cada tema, bem como a contribuição dos alunos e do docente.

Tendo tomado estas decisões, inicia-se o trabalho de eleição dos monitores da disciplina, que seriam os alunos que teriam interesse em colaborar no processo de preparação das aulas e das atividades extra curriculares e outras.

Após estes procedimentos, os alunos deverão entregar um documento, que conste toda a programação da classe e as assinaturas de todos os envolvidos. Inicia-se neste momento, um trabalho de busca dos recursos materiais e humanos para a viabilização das atividades programadas e também, por parte do professor, uma seleção de material para subsidiar algumas discussões em relação aos temas propostos. Apesar dos alunos tomarem decisões sobre o processo, isto não implica em hipótese alguma, na omissão do professor e na ausência de discussões de caráter mais teórico sobre as implicações históricas, psicológicas, antropológicas, fisiológicas sócio-culturais do movimento humano na dança, nas lutas, nos jogos, na ginástica e na vida cotidiana.

Este processo teve como pretensão os seguintes objetivos:

- a) identificação dos principais temas relacionados com a cultura corporal;
- b) vivenciar atividades relacionadas à esta mesma cultura;
- c) desenvolvimento de uma visão crítica em relação às manifestações corporais, bem como as suas implicações em relação à qualidade de vida;
- d) favorecer o interesse, a participação e o senso crítico em relação as atividades motoras dentro e fora do ambiente escolar.

Além dos objetivos propostos outros aspectos devem ser considerados:

- a) papel da escola: colocar à disposição o acervo de conhecimento enquanto patrimônio cultural da humanidade;
- b) o currículo enquanto um meio e não um fim;
- c) currículo enquanto construção cultural e trajetória do aluno a ser feita na escola;
- d) a valorização da experiência vivida e da subjetividade. No desenrolar do processo, as repercussões emergem no interior da escola, na medida em que os alunos envolvidos no trabalho e os não envolvidos, passam a comentar sobre as atividades, principalmente sobre aquelas que não pertenciam a tradição da escola.

Uma segunda questão, foram as atitudes dos professores de Educação Física frente aos questionamentos de seus alunos, que passaram à pleitear temas e atividades diversificadas, o que gerou uma crise no relacionamento entre os professores da área.

Um aspecto importante, que emergiu nas atitudes dos alunos envolvidos no trabalho com planejamento participativo, foram as iniciativas que surgiram no sentido de prover as aulas de Educação Física de recursos materiais. Na ocasião, os alunos por conta própria fizeram "pedágios" para levantar

fundos para a compra de materiais de pintura e reparos na quadra, pois havíamos feito uma programação que continha eventos para aquele espaço.

No final de cada bimestre, realizávamos avaliações e discutíamos o bimestre posterior, levando em consideração a possibilidade de se mudar o cronograma face às necessidades que iam surgindo.

Apesar das iniciativas em torno das condições materiais e humanas, houve momentos de denúncias e protestos em relação as condições de trabalho em que estávamos submetidos, o que poderia sugerir uma modificação de comportamento individual e coletivo.

Um dado importante, é que não demos importância para as questões relativas a chamada e atribuição de notas, o que não quer dizer que não estivéssemos atentos à participação e aspectos a serem avaliados. Uma avaliação feita pelos alunos, demostrou que na visão deles, Educação Física após aquele trabalho, era mais do que "jogar bola" e que não foi necessário "ameaçar" os alunos à participarem mediante notas e chamadas! Um aspecto mencionado nesta mesma avaliação, foi a possibilidade de participar de diversas maneiras no processo, pois as aulas não eram apenas práticas, sendo também teóricas e mediante também a vários recursos.

### CONCLUSÃO

Ao ter vivenciado este processo, gostaria de apresentar algumas conclusões do trabalho realizado.

## Vantagens:

- Níveis satisfatórios de participação e motivação nas atividades propostas;
- Valorização do componente curricular por parte dos alunos e direção;
- Identificação positiva no que tange à relação professor aluno;
- Repercussão do trabalho em relação aos outros grupos que não estavam engajados, o que possibilitou um repensar nas reuniões de área;
- Menor despersonalização dos educandos, uma vez que existia a possibilidade de se expressar, face ao caráter participativo da proposta.

#### Desvantagens:

- desgaste pessoal no sentido de providenciar recursos materiais, teóricos, frente a necessidade de coordenar diferentes programações em diferentes classes;
- as limitações do meu processo de formação profissional, cujas noções sobre escolarização, educação, adolescência e 20. grau, eram insuficientes para melhor contextualizar e avaliar a minha própria práxis;
- dificuldade de subsídios teóricos para desenvolver discussões sobre as implicações do movimento nos níveis sócio-cultural e psicológico, ou seja, a inexistência de material didático para o 20. grau.

Concluindo, entendo que a construção de uma identidade para a escola, para a Educação Física no 20. grau, é um desafio para todos os envolvidos com a questão da escolarização.

Entendo também que a Educação Física na escola tem um compromisso em desencadear uma educação sobre o movimento levando em consideração o contexto em que os educandos estão inseridos, para que suas necessidades e interesses sejam atendidas, na perspectiva do resgate da qualidade do ensino, e sua consequente democratização.

Com vistas a uma educação para a autonomia, garantir o acesso da criança e do adolescente aos possíveis entendimentos sobre a realidade, ou seja, os conhecimentos, necessitamos de um processo e de uma experiência autônoma que implique no exercício da reflexão crítica, na escolhas e nas tomadas de decisões dentro do próprio processo educativo, sendo esta condição indispensável para que uma educação pela e para a cidadania ocorra.

somente com uma consciência e fortalecimento da escolha do indivíduo é que uma educação autêntica poderá ocorrer (Martins, 1992).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KAMII, C. Conhecimento físico na educação pré-escolar: implicações da teoria de Piaget. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.
- MARIZ DE OLIVEIRA, J.G. Educação física escolar: construindo castelos de areia. Revista Paulista de Educação Física, v.5, n.1/2, p.5-11, 1991.
- MARTINS, J. Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como poíeses. São Paulo, Cortez, 1992.
- PILETTI, N. Estrutura e funcionamento do ensino de segundo grau. São Paulo, Ática, 1990.
- SÃO PAULO (Estado). Proposta curricular para o ensino de educação física no segundo grau: versão preliminar, 1992.
- SOARES, C.L.; TAFFAREL, C.N.Z.; VARJAL, E.; CASTELLANI FILHO, L.; ESCOBAR, M.O.; BRACHT, V. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo, Cortez, 1992.
- VIANA, I.O.A. Planejamento participativo na escola. São Paulo, EPU, 1986.